



DIVULGAÇÃO

GREVE NAS ESCOLAS

Professores de colégios particulares do ensino básico decidiram em assembleia que não aceitarão o começo das aulas presenciais

Página 7

AULAS REMOTAS COMEÇAM DIA 10 DE AGOSTO

Página 6

PARTICIPE DA PLENÁRIA DA AdUFRJ SOBRE ENSINO REMOTO

TEXTO DA DIRETORIA DEBATE PAPEL DO DOCENTE NA PANDEMIA

Os dilemas das aulas remotas para professores e estudantes serão debatidos num grande encontro virtual organizado pelo sindicato, nos dias 13 e 14. Para embasar as discussões, a diretoria preparou um texto apresentado nas páginas 4 e 5 do jornal. No documento, a AdUFRJ propõe pagamento de auxílio financeiro aos docentes para compensar as despesas extras com equipamentos necessários para as aulas remotas. Os resultados das reuniões serão apresentados ao Conselho de Representantes, dia 16, que irá consolidar a proposta que será defendida pela AdUFRJ em todos os fóruns da universidade. **Páginas 3, 4 e 5**

13 DE JULHO
14h30

... **CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS** ...
coordenação: Felipe Rosa

... **ARTES E OUTRAS PRÁTICAS** ...
coordenação: Eleonora Ziller

... **HUMANAS E DEMAIS DISCIPLINAS TEÓRICAS** ...
coordenação: Josué Medeiros

... **SAÚDE E ASSISTÊNCIA** ...
coordenação: Christine Ruta

14 DE JULHO
14h30

... **NOVOS CAMPI - Macaé e Duque de Caxias** ...
coordenação: Jackson Menezes

16 DE JULHO

... Reunião do Conselho de Representantes da AdUFRJ ...

EDITORIAL

COMO VOLTAREMOS ÀS AULAS (2)

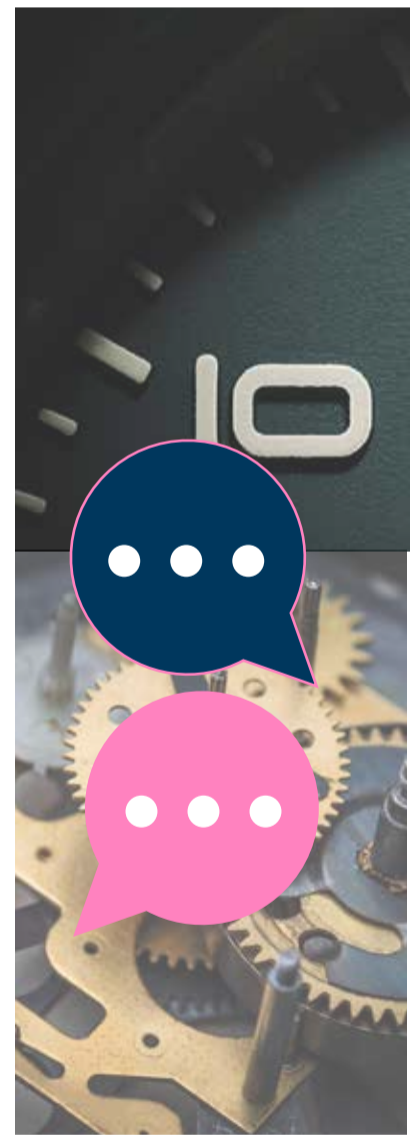
DIRETORIA

Nesta quinta-feira (dia 09/07), o Conselho Universitário da UFRJ sacramentou um grande passo institucional para voltarmos às atividades didáticas: temos um calendário para o chamado período letivo excepcional (PLE), que começará no dia 10 de agosto e terminará em 31 de outubro. Apesar disso – e sem tirar os méritos dos envolvidos –, é necessário salientar que ainda pairam muitas dúvidas sobre como funcionará o PLE e o ensino remoto como um todo.

Tivemos a suspensão indefinida do primeiro período de 2020 – 2020/1 – no final de março, quando se tornou evidente que o quadro pandêmico que o Brasil enfrentaria seria tenebroso. Isso não quer dizer que 2020/1 foi um período vazio (houve diversas formaturas, defesas de dissertações e teses etc), mas as atividades didáticas foram, em sua enorme maioria, paralisadas. O PLE vem, em princípio, para que se possa oferecer cursos remotos com um regramento próprio, e viabilizar o máximo possível daquilo que foi iniciado em 2020/1. Estaria tudo ótimo, se não fosse um pequeno problema: o período de 2020/1 ainda está suspenso, e continuará assim durante o período emergencial. Isso está gerando um “burburinho” de que 2020/1 possa ser retomado em novembro, após o PLE, de forma que este seria apenas um período “café com leite”. É necessário conter tais incertezas o quanto antes: se, dentro de todas as suas especificidades, o PLE deve ser caracterizado como um período “de verdade” – como defendemos que deve ser –, é mister que isso fique claro para toda a comunidade.

Esses meandros burocráticos são, no entanto, apenas a proverbial ponta do iceberg. Para a maioria de nós que nunca esteve sistematicamente envolvida com educação a distância, a adaptação (mesmo que provisória) será lenta, dolorosa e imperfeita. Já abundam nas nossas conversas as histórias das horas perdidas para se gravar poucos minutos de conteúdo, das batalhas no manejo de plataformas pouco amigáveis, ou mesmo do constrangimento de falar para “uma tela”. Nas próximas semanas, tais relatos provavelmente irão aumentar

Moral da história: não será nada fácil. Mas não temos alternativa, pois a paralisia das atividades didáticas é a mais excludente das posturas. Não podemos esperar o perfeito para que algo seja feito



em frequência e intensidade, infelizmente. Somem-se a isso os obstáculos que os estudantes também terão de superar para participar de forma ativa no PLE, e temos um caldo de difícil paladar. Nada disso é motivo para desistirmos da nossa missão mais importante perante a sociedade, mas é importante termos plena consciência dos desafios que virão, para calibrarmos as expectativas de docentes e discentes.

Moral da história: não será nada fácil. Mas não temos alternativa, pois a paralisia das atividades didáticas é a mais excludente das posturas. Não podemos esperar o perfeito para que algo seja feito. Diante de uma pandemia mesclada com um governo atroz, fazemos o nosso melhor e vivemos um dia após o outro.

ADUFRJ OFERECE PLANO DE SAÚDE

■ A AdUFRJ mantém um convênio com a SulAmérica para oferecer plano de saúde aos filiados. Para mais informações e adesão ao plano, os professores interessados devem entrar em contato com a corretora Ana Carolina pelo telefone 99467-7459 (também é Whatsapp) ou pelo email anacarolinasaude11@gmail.com. É preciso apresentar: RG e CPF, comprovante de residência e o último contracheque. A tabela atualizada dos valores e da rede médica e laboratorial pode ser acessada no site do sindicato, na aba superior “Serviços”.



DIA NACIONAL DA CIÊNCIA MOBILIZOU COMUNIDADE DA UFRJ

■ Dezenas de atividades virtuais celebraram o Dia Nacional da Ciência, em 8 de julho. Pela manhã, a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br) lançou uma campanha pela liberação total dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de receita para pesquisa e desenvolvimento do país. A AdUFRJ também participou das comemorações. A SBPC-RJ transmitiu duas mesas no canal do sindicato no Youtube. Na primeira, com o tema “O Museu Nacional vive: 202 anos de dedicação à ciência”, houve a participação do professor Luiz Fernando Duarte, diretor adjunto do Museu, e coordenação da professora Christine Ruta, do Instituto de Biologia e diretora da AdUFRJ (fotos). Na sequência, ocorreu o debate “A educação e as desigualdades nos espaços educacionais”, coordenado pela professora Marta Feijó, do Instituto de Física da UFRJ. Participaram da conversa Eduardo Mortimer, da Faculdade de Educação da UFMG, Sinesio Jefferson Andrade, da rede municipal de educação do Rio e a ativista social do grupo A Liga, Janaina Bemvindo.



AdUFRJ defende direitos dos docentes na pandemia

> Proposta do sindicato, que está aberta à discussão, defende auxílio aos professores por gastos com aulas a distância, cuidados com a saúde e conexão universal e gratuita para os estudantes

KELVIN MELO
kelvini@adufrj.org.br

A diretoria da AdUFRJ divulgou, no dia 7, um documento com as principais preocupações em relação ao trabalho dos professores durante o ensino remoto emergencial. Inclusão digital de todos os estudantes e cuidados com a saúde são algumas das reivindicações preliminares. O sindicato propõe ainda que seja pago um auxílio para os docentes. O objetivo é compensar as despesas extras com equipamentos necessários para as aulas remotas. A íntegra do texto pode ser conferida nas páginas 4 e 5 desta edição.

As demandas serão aperfeiçoadas após encontros virtuais com os professores de diferentes áreas. “Queremos ouvir todo mundo, encaminhar as reivindicações de forma mais concreta, mais próxima da realidade do dia a dia de cada um”, afirma a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. “Isso vai aparecer ao longo da discussão e da prática”.

“Queremos ouvir todo mundo, encaminhar as reivindicações de forma mais concreta, mais próxima da realidade do dia a dia de cada um”

ELEONORA ZILLER
Presidente da AdUFRJ

entidades da área da Educação do Rio e assinou o manifesto “Defender a vida na pandemia: por que não é hora de voltar”. Eleonora explica a opção de enfatizar esta aliança no documento: “Não estamos isolados. O que estamos dizendo na UFRJ não diz respeito só a nós. Tem ressonância em todo o estado, no país”, afirma.

O DOCUMENTO

O texto da diretoria contextualiza o debate sobre ensino remoto na UFRJ em um estado onde professores precisam resistir para não retomar as aulas presenciais nas escolas. A AdUFRJ participa de um fórum de



qualidade para todos os estudantes. “Seria uma campanha que envolveria toda a educação, no Brasil todo”, afirma o diretor da AdUFRJ Felipe Rosa. O professor lembra que os recursos de um fundo público, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (FUST), poderiam ser aproveitados para esta finalidade. Desde sua criação, em 2000, o FUST arrecadou R\$ 21,8 bilhões, mas o governo gasta o dinheiro em outras despesas, como o pagamento da dívida pública.

A saúde, física e mental, preocupa neste momento. “Primeiro, por estarmos enclausurados. Depois, pelo esforço maior. As reuniões oficiais passaram a durar mais tempo. E surgiram mais atendimentos a alunos fora de qualquer hora marcada”, explica Felipe. Para efeito de comparação, o professor acredita que seu tempo atual dedicado ao trabalho já está semelhante ao que gastava presencialmente. Mas, com as aulas virtuais, a situação tende a piorar.

A gravação das aulas para os alunos que não puderem acompanhar as atividades em tempo real promete ser a grande polêmica. “Se a gente conseguisse, no ambiente remoto, simular uma situação de sala, só nós e os alunos, seria uma coisa”, observa Eleonora. “Mas a possibilidade de a gravação sair do controle estrito de quem vai participar

dessa aula é algo novo”. A diretoria estuda a situação com apoio da assessoria jurídica. Também diretora do sindicato, a professora Christine Ruta acrescenta que, durante o Festival do Conhecimento da UFRJ, vai mediar um debate com o tema “Aulas remotas em tempos de fakes e as inseguranças jurídicas para a prática docente”, no dia 23, entre 17h e 19h. “Estamos buscando mais informações sobre o direito de imagem”, informa Christine. A docente relata uma recente invasão virtual a uma atividade de cineclube promovida pela AdUFRJ — o episódio foi noticiado na edição anterior do jornal — como exemplo dos cuidados que devem ser tomados nestes ambientes.

“De fato, o trabalho remoto exige uma infraestrutura em casa que não estava prevista no contrato de trabalho”, reforça Christine Ruta. A professora enfatiza que não é óbvio que os docentes tenham um ambiente de trabalho em casa que inclua, por exemplo, acesso à internet banda larga e uma estrutura computacional adequada. Ela compara ainda a situação com empresas que, durante a pandemia, estão reembolsando gastos de funcionários que trabalham em casa.

SEM PREJUÍZOS

Como o período remoto não é obrigatório, existem os professores que não vão dar aulas. A excepcionalidade justifica, para a diretoria, a flexibilização dos critérios de avaliação para progressão na carreira. “Como é opcional, as pessoas que não conseguirem dar aula não podem ser prejudicadas”, diz Eleonora.

Por outro lado, aquelas que conseguirem trabalhar nestas condições merecem receber o devido apoio técnico da universidade e ter o esforço reconhecido. “Há quem esteja comprando mesa digitalizadora, fazendo

curso de edição de vídeo, querendo fazer as melhores aulas possíveis”, informa Eleonora. A presidente da AdUFRJ entende que o Andes pode encampar uma reivindicação nacional por verba indenizatória dos governos federal e estaduais. Uma ação judicial neste sentido também não está descartada. “Não é possível que a gente vá pagar para trabalhar”, critica.

“De fato, o trabalho remoto exige uma infraestrutura em casa que não estava prevista no contrato de trabalho”, reforça Christine Ruta. A professora enfatiza que não é óbvio que os docentes tenham um ambiente de trabalho em casa que inclua, por exemplo, acesso à internet banda larga e uma estrutura computacional adequada. Ela compara ainda a situação com empresas que, durante a pandemia, estão reembolsando gastos de funcionários que trabalham em casa.

“Algo que une todos os cursos são os formandos. São centenas de jovens que estão com as perspectivas de suas carreiras em suspenso e isso na realidade afeta todo o núcleo familiar”, observa Christine. Ela convida todos os professores a participarem das reuniões dos dias 13 e 14. Para ajudar a aperfeiçoar o documento do sindicato e para estimular a troca de ideias e experiências entre docentes de diferentes cursos ou unidades.

EDUCAÇÃO EM DEFESA DA VIDA!

Diretoria da AdUFRJ

“Defender a vida na pandemia: por que não é hora de voltar” é o título do manifesto assinado por dezenas de entidades sindicais, associações, coletivos das áreas da educação e saúde do Rio de Janeiro. Na esfera municipal e estadual, se trava uma batalha feroz para que não tenhamos o retorno precipitado das aulas presenciais, seja no ensino público, seja no privado. A AdUFRJ está entre as primeiras signatárias desse documento, e vem participando do amplo movimento das entidades que culminou com a II Plenária Virtual em Defesa da Vida, realizada no sábado, 4 de julho, e que reuniu milhares de pessoas. Todos sabemos o risco que significa, nesse momento, expor crianças, jovens e adultos a um contato intenso e com poucas condições de controle. A unidade que foi construída entre as diversas entidades está fundamentada em pareceres científicos e estudos epidemiológicos, na compreensão de que o que nos importa é a vida e a saúde de toda a comunidade. A posição da UFRJ de que não será possível o retorno das atividades presenciais antes que se tenha um quadro de efetivo controle da pandemia e/ou a sua vacina disponível para todos foi central para que esse movimento ganhasse força e repercussão social.

ENTRETANTO, ESSA FORTE convergência em torno do não retorno às aulas presenciais já não encontra uma equivalência entre os professores a respeito das atividades de ensino na modalidade remota. Sendo já uma realidade entre os professores do ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas e entre algumas universidades, como as estaduais paulistas, que mantiveram as aulas desde o início da pandemia inteiramente em modalidade remota, o fenômeno tem escala mundial e avaliações diversas. Entre os aspectos principais, o foco maior das preocupações da maioria dos educadores é o interesse mercadológico de grandes corporações internacionais. A modalidade tem sido alardeada como poderoso substitutivo da vida escolar tal como a conhecemos, sendo preconizada até mesmo para as séries iniciais do ensino fundamental. Longe de ser aceita como panaceia para os problemas de educação brasileira, ela tem sido reconhecida muito mais como um remédio amargo e emergencial, sem condições ou possibilidades de ser concebida como central na formação de crianças e jovens.

PARA ALÉM DE TODOS os problemas envolvidos com a realização das modalidades remotas em si, ou seja, pelo que elas significam de perda real na experiência pedagógica, a sua implan-

tação no sistema educacional brasileiro encontra ainda um obstáculo, dos mais graves, pois expõe de forma incontornável a desigualdade social e a exclusão digital de grande parte da população. A implantação do ensino remoto, mesmo que de forma emergencial, deixa de fora uma parcela considerável de estudantes, e justamente aqueles para quem a escola é o instrumento mais importante para sua inserção social.

TODOS ESSES DILEMAS têm atravessado nossas preocupações desde os primeiros momentos da pandemia, pois eles também afetam as universidades. Mudanças muito profundas nas práticas docentes começam a ser introduzidas em larga escala, trazendo consigo problemas com os quais não havíamos nos confrontado ainda. O maior deles diz respeito ao primeiro passo para que qualquer experiência desse tipo se realize: a possibilidade de conexão com a internet. A resposta imediata dos governos tem sido a compra de chips e equipamentos para serem distribuídos entre os estudantes mais vulneráveis, mas isso se trata de um paliativo. A centralidade que hoje os ambientes virtuais ocupam na vida de todas as pessoas, definindo não só sua capacidade de comunicação e acesso à informação, mas aos serviços públicos essenciais, justificam o que deveria ser a nossa principal bandeira de luta: conexão universal, gratuita e de qualidade, tal qual defendemos para a educação e saúde. Sem esse pressuposto, todo o resto trará em seu bojo mais desigualdade e exclusão. Esse é, sem dúvida, mais um caminho que nos levará a consolidar e ampliar a grande frente em defesa da vida e da educação. Seguiremos nele, mas com o reconheci-

mento de que não podemos descartar as soluções imediatas, nem podemos fugir ao debate que hoje tomou conta das universidades federais sobre a necessidade de retomada das atividades de ensino de forma remota e emergencial.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA UFRJ

A PANDEMIA DA COVID-19 significou um desafio duplo para as universidades públicas brasileiras. Desde que o coronavírus chegou ao país, foi necessário girar todos os nossos esforços para ajudar a sociedade a enfrentar essa doença com enorme potencial de contágio e mortes. O sistema universitário e científico brasileiro mostrou sua importância em todas as dimensões da vida social afetadas pela pandemia: estamos na linha da frente da produção de vacinas; aumentamos os leitos dos Hospitais Universitários; desenvolvemos respiradores, testes e álcool em gel mais baratos; reforçamos as redes de assistência social e psicológica nas periferias, bem como as articulações de solidariedade para os mais vulneráveis; nossos profissionais compuseram os Gabinetes de Crise das prefeituras e governos estaduais.

HÁ, CONTUDO, UM SEGUNDO desafio que ainda precisa ser enfrentado: é fundamental manter as nossas comunidades universitárias em atividade interna. Até mesmo para que possamos seguir cumprindo com nossa missão junto à sociedade, é necessário que nossas dinâmicas de ensino, pesquisa e extensão não sejam paralisadas. E, uma vez que o quadro

pandêmico se alastra no tempo, o debate sobre a adoção de métodos de ensino remoto foi tomando corpo nas universidades, nas unidades e conselhos superiores. Diante de um quadro institucional em que o presidente da República sabota as políticas de combate à doença e de um MEC hoje à deriva, depois de ter sido dirigido pelo bolsorismo mais radical, cujo objetivo é destruir a ciência brasileira, as universidades foram tomando suas decisões de um modo descoordenado.

POR UM LADO, TRATA-SE DE uma positiva afirmação da nossa autonomia. Mas há um aspecto ruim que decorre disso: não há uma discussão nacional que estabeleça parâmetros mínimos para que o ensino remoto se dê em consonância com os objetivos de redução das desigualdades e fortalecimento da democracia no Brasil. Dentro das possibilidades atuais, buscando combinar as necessidades apresentadas pelos estudantes, em especial os concluintes, e toda a sorte de dificuldades a serem superadas pelos docentes para a realização de atividades remotas, a solução que tem se configurado a mais equilibrada é a da criação de um período especial, que mantenha suspenso 2020.1. Esse modelo está sendo adotado em várias universidades e foi discutido e aprovado nos colegiados acadêmicos da UFRJ, dependendo de homologação no Conselho Universitário, que deliberará também sobre as reivindicações condicionantes propostas pelos estudantes e discutidas em sessão extraordinária do dia 2 de julho. Essa proposição está longe de ser a ideal e acumula seve-

ao ensino on-line nas condições mais igualitárias possíveis. É preciso que não percamos de vista que as desigualdades sociais entre os estudantes devem ser ainda mais agudizadas dada a crise econômico-sanitária causada pela Covid-19. Nesse sentido, a AdUFRJ vem trabalhando junto com todas as entidades representativas da UFRJ para integrar as pautas de reivindicações e as ações de solidariedade, dando origem ao FORMAS - Fórum de Mobilização e Ação Solidária, que precisa ser fortalecido e assim garantir que toda a comunidade seja ouvida nesse momento. Um dos pontos mais sensíveis para nós é a reivindicação dos estudantes de que as aulas sejam gravadas e disponibilizadas para que possam ser acessadas a qualquer momento, e não apenas na hora marcada para a transmissão. É um aspecto fundamental para aqueles cuja conexão não é tão boa, ou que dispõem de apenas um aparelho para atender a toda a família ou precisem cuidar de outras pessoas e estejam com seus dias muito ocupados.

ESTAMOS CIENTES DE QUE no futuro pós-pandemia, na volta às aulas presenciais, a tecnologia digital de comunicação terá se generalizado como instrumento de ensino. A universidade deve, portanto, trabalhar com dois cenários:

■ Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia;

■ Tecnologias que serão incorporadas ao novo cotidiano das atividades de ensino (pós-pandemia).

2 - RESSALTAMOS QUE, APESAR de reconhecer o caráter emergencial e necessário do ensino remoto, @ docente não pode ser penalizado nesse processo de adequação das aulas presenciais. É nesse sentido que reafirmamos que, neste primeiro momento, a oferta de disciplinas não pode ser obrigatória aos docentes, nem aos estudantes. Listamos alguns aspectos importantes a serem considerados em relação às dificuldades que identificamos para a implementação das atividades remotas:

Cada docente possui um nível diferente de familiaridade e conhecimento sobre as ferramentas e tecnologias digitais. Essa diversidade deve ser mapeada, compreendida e atendida para que o docente se sinta acolhido pela universidade durante todo o processo do ensino remoto;

Docentes terão diferentes demandas de formação conforme suas disciplinas. Isto deve ser minimamente previsto nos treinamentos oferecidos pela universidade para aquisição de técnicas digitais para aulas não presenciais;

A universidade, sempre que possível, deve criar condições de apoio técnico e de instrumentalização para que @s docentes possam oferecer suas aulas remotas;

Docentes não podem sofrer com este processo abrupto de implementação do ensino remoto emergencial sob pena de adoecimento por sobrecarga de trabalho. Assim, as condições de trabalho e a carga horária dos docentes devem ser planejadas. O teletrabalho pode causar doenças físicas e mentais, mais difíceis de identificar como doença ocupacional. Problemas osteomusculares ou lesão por esforço repetitivo (LER) são exemplos de doenças que podem ser geradas pela falta de estrutura ergonômica em casa. Além disso, espaços inadequados e longas jornadas podem causar aumento do estresse, e como consequência o adoecimento do trabalhador. Assim, buscando a humanização no processo que envolve o ensino remoto, além do treinamento digital

para @s docentes, é preciso refletir sobre a sua saúde e a organização do trabalho durante o teletrabalho;

Docentes e discentes devem ser informados claramente sobre a legislação autoral de obras para uso de imagens e textos nas aulas remotas, assim como @s docentes devem ser informados sobre as proteções legais sobre o mau uso da imagem. Também o contrato firmado entre a UFRJ e a empresa Google deve ser divulgado para que seja possível compreender e avaliar o que nos está sendo apresentado;

Sobre @s docentes de grupo de risco, é necessário um planejamento específico para a sua inserção na Universidade, sobretudo em relação à última fase prevista pela universidade, em que se prevê o retorno completo, isto é, de todas as atividades de forma presencial;

Considerando o impacto a curto, médio e longo prazo na produção @ docente não somente no ensino, mas também nas atividades de pesquisa e extensão, é necessário um plano para flexibilização em relação à avaliação do desempenho @ docente para fins de progressão e promoção funcional.

POR FIM, DESTACAMOS que os princípios que norteiam a universidade devem ser reafirmados durante este quadro especial da pandemia: a democratização do acesso, a qualidade do ensino, a garantia das decisões colegiadas. Nossa tarefa enquanto AdUFRJ é mobilizar a categoria para que as soluções de ensino remoto sejam construídas com base nesses pilares, e que possamos acompanhar e avaliar de modo permanente toda essa experiência.

ESTE TEXTO TRATA DE questões iniciais que envolvem a implantação do ensino remoto emergencial na UFRJ. Ele carece da contribuição de quem está na linha de frente, tendo que responder a esses desafios. Por isso, pensamos inicialmente numa rodada de debates para recolher sugestões e levantar um quadro mais detalhado das nossas dificuldades neste momento. A ideia de realizarmos muitas reuniões ficou bastante comprometida diante da sobrecarga a qual todos estamos submetidos nesse momento. Por isso, optamos por organizar um único encontro, no dia 13 de julho, às 14h30, para que possamos discuti-lo em detalhe.

Ciências e tecnologias
coordenação:
Felipe Rosa

Artes e outras práticas
coordenação:
Eleonora Ziller

Humanas e demais disciplinas teóricas
coordenação:
Josué Medeiros

Saúde e assistência
coordenação:
Christine Ruta

Novos campi - Macaé e Duque de Caxias:
reunião terça-feira, dia 14, 14h30
coordenação:
Jackson Menezes

Dia 16 de julho pretendemos apresentar o texto final, com todas as contribuições, no Conselho de Representantes, para que sirva de baliza e referência para nossa participação em todos os fóruns e GTs da universidade.



ras críticas e muita preocupação com desajustes que serão criados para sua implantação. Mas, de forma bastante generalizada, o sentimento é que não nos resta alternativa. A paralisia de todas as atividades de ensino até que as condições para a realização do ensino presencial estejam dadas é no mínimo tão excludente quanto o ensino remoto (mesmo que improvisado), pois o grande vínculo da maioria dos alunos com a Universidade é por intermédio de suas aulas. Além disso, tal paralisia é bastante injusta com aqueles estudantes que necessitam de seus diplomas como forma de acesso a um novo patamar de atuação no mundo do trabalho.

NESSE SENTIDO, ENTENDEMOS que existem duas dimensões para a constituição do ensino remoto emergencial nas universidades brasileiras:

A garantia do acesso universal à internet para as/os estudantes. É fundamental que ninguém que deseje participar do ensino remoto seja excluído desse processo. Fornecimento de chips, tablets e o que mais for necessário para garantir isso é um condicionante do qual não podemos abrir mão.

A criação de uma verba indenizatória em âmbito federal para que as/os docentes possam ter a estrutura adequada para ministrarem as aulas. Aumento dos pacotes de internet e compra de equipamentos de qualidade são condições para que a universidade consiga manter a qualidade do ensino, e isso não pode ser um custo que recaia sobre os nossos salários.

NESSE CONTEXTO PANDÊMICO, nosso desafio enquanto Sindicato Docente comprometido tanto com o fortaleci-

mento da Universidade quanto com a valorização da nossa categoria, é atuar conjuntamente em duas dimensões:

1 - a retomada das aulas por ensino remoto em caráter opcional; 2 - a proteção do docente neste novo quadro.

1 - É BASTANTE RAZOÁVEL que iniciemos nossas atividades de ensino remoto neste contexto emergencial imposto pela pandemia de Covid-19. Universidades de diversos países e estados brasileiros adotaram o ensino on-line durante a pandemia. Pode haver danos reais para os percursos formativos de nossos jovens devido ao período prolongado sem aulas, ou ainda, é provável que acabem desistindo, aumentando assim os índices de evasão.

CONTUDO, DIANTE DO CENÁRIO político atual do Brasil, de constantes ataques à educação, devemos ficar atentos aos riscos que corremos com o uso de ensino on-line, sobretudo se feito de maneira indiscriminada. Ações precisam ser planejadas para promover a importância da relação docente-estudante. É preciso deixar claro que não estamos substituindo as aulas presenciais pelo ensino a distância, mas sim adequando emergencialmente nossas aulas para um formato on-line e assim manter alguns vínculos fundamentais para as atividades de ensino.

DEVEMOS TRABALHAR PARA garantir que todos @s estudantes tenham acesso

Aulas da universidade começam em 10 de agosto

> Consuni aprovou calendário de atividades remotas para graduação e pós. Período vai até 31 de outubro. Prazos podem ser adiados se houver atraso na distribuição dos chips de internet

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

O Conselho Universitário aprovou nesta quinta-feira, dia 9, o calendário acadêmico das aulas remotas. O período excepcional da graduação terá duração de 12 semanas: de 10 de agosto a 31 de outubro. Os cursos de Medicina do Fundão e de Macaé receberam autorização para iniciarem no próximo dia 13. A justificativa é a carga letiva mais extensa. Já a pós-graduação iniciará as atividades em 3 de agosto, à exceção de alguns cursos trimestrais que receberam autorização para reiniciar as aulas desde o dia 6 de julho. Os alunos em final de curso serão priorizados.

A resolução foi aprovada por 45 votos favoráveis, nenhum voto contrário e três abstenções. Os estudantes apresentaram um pedido de adiamento das aulas para o dia 17 de agosto e sugeriram ampliar o período excepcional de 12 para 13 semanas letivas, com término previsto para 14 de novembro. A proposta, porém, foi rejeitada.

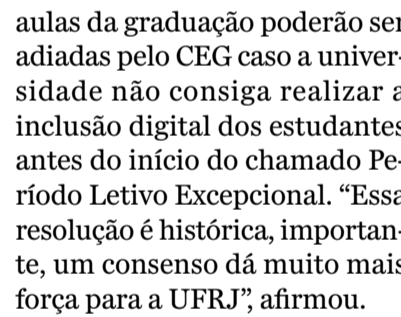
Um dos apelos para o não adiamento partiu do vice-reitor, professor Carlos Frederico Rocha. "Mais de 60% dos nossos alunos vêm de famílias com renda familiar de até cinco salários mínimos. Ainda que seja um investimento, manter os filhos na universidade pública representa um custo para essas famílias e nós precisamos dar uma resposta efetiva à sociedade". O vice-reitor reiterou o compromisso com a "permanente avaliação" do ensino remoto e afirmou que é possível flexibilizar datas, caso não seja possível distribuir em tempo hábil os kits de internet

e os benefícios de R\$ 850 aos estudantes sem equipamentos para acompanhar as aulas.

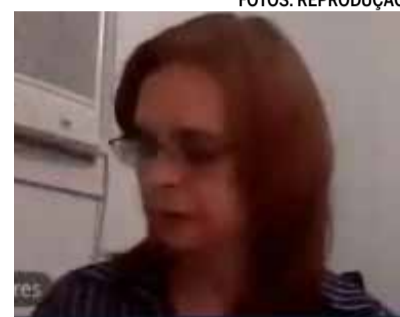
Outra defesa da manutenção das datas propostas pelo CEG e CEPG partiu do professor Flávio Dickstein, representante dos Titulares do CCMN. "A esmagadora maioria dos professores do Instituto de Matemática e dos nossos alunos querem a retomada do ensino imediatamente. Se o Conselho Universitário votar diferentemente vai causar uma perplexidade, uma frustração e um aumento da entropia na universidade", afirmou. "Nesse período todo (de pandemia) a universidade não tem sido muito firme nas manifestações e as pessoas ficam perdidas pela falta da nossa clareza na condução do processo", criticou.

Igor Alves Pinto, representante dos estudantes de pós-graduação, rebateu o posicionamento de Dickstein. "Não basta bater no peito e dizer que nós somos UFRJ como se isso fosse, por si só, motivo de orgulho. O orgulho que a gente pode ter em ser UFRJ é justamente conseguir pensar no outro", afirmou. "Esse calendário tem que servir para todo mundo. Se tem Centro aqui dizendo que tem dificuldades em iniciar as aulas, qualquer proposta precisa levar em consideração essas preocupações. Não pode ser um calendário do CT, ou do CCMN. Tem que ser um calendário de todos os centros".

O consenso surgiu com uma proposta do professor Flávio Martins, decano do CCJE. Ele sugeriu o acréscimo de um item que, ao mesmo tempo em que garantiu a aprovação das datas originais, contemplou a preocupação de não deixar ninguém para trás. No novo artigo, ficou expressa a garantia de que as



trabalhadoras", afirmou.



trabalhadoras", afirmou.

trabalhadoras", afirmou.

FOTOS: REPRODUÇÃO

VEJA AS DATAS

GRADUAÇÃO:
17 a 25 de julho:
abertura de turmas
e inscrição direta dos
concluintes

27 de julho a 06 de agosto:
inscrição em
disciplinas no SIGA

10 a 22 de agosto:
período de alteração

10 de agosto 31 de outubro:
período de trancamento de
disciplinas e de matrícula

01 a 14 de novembro:
Lançamento de notas

PÓS-GRADUAÇÃO
Calendário Semestral
2020.1:
03/08/2020 a 14/11/2020
2020.2:
30/11/2020 a 27/03/2021

Calendário Bimestral
2020.1:
de 03/08/2020 a 19/09/2020
2020.2:
de 28/09/2020 a 19/11/2020
2020.3:
de 30/11/2020 a 30/01/2021
2020.4:
08/02/2021 a 01/04/2021

Calendário Trimestral A
2020.1:
de 06/07/2020 a 03/10/2020
2020.2:
de 13/10/2020 a 16/01/2021
2020.3:
de 01/02/2021 a 24/04/2021

Calendário Trimestral B
2020.1:
de 03/08/2020 a 03/10/2020
2020.2:
de 13/10/2020 a 19/12/2020
2020.3:
de 04/01/2021 a 27/02/2021
2020.4:
de 08/03/2021 a 24/04/2021

NOTAS

MEC DECIDE QUE ENEM SERÁ REALIZADO EM JANEIRO

O Ministério da Educação anunciou que o Enem impresso será realizado nos dias 17 e 24 de janeiro. A decisão contraria a escolha dos candidatos, que optaram pelas datas de 2 e 9 de maio em envelope realizada pelo próprio MEC. A professora do CAP, Cristina Miranda, criticou, no Consuni, a definição do ministério, já que a maior parte das escolas não conseguirá terminar o conteúdo letivo de 2020 antes da aplicação do exame. "Vai excluir uma enorme parcela de estudantes".

RESPIRADORES DA UFRJ SÃO TESTADOS COM SUCESSO

Ventiladores pulmonares de baixo custo, produzidos pela Coppe, foram aprovados nos testes realizados em pacientes do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. O equipamento se destina ao tratamento de doentes graves da Covid-19. O professor Roberto Medronho, integrante do GT Coronavírus, comemora. "Isso demonstra nossa excelência e capacidade na área de ciência e tecnologia. Um respirador está custando mais de R\$ 100 mil. O nosso respirador sai a R\$ 8 mil".



DETALHES do ventilador mecânico criado pela Coppe

UFRJ FINALIZA HETEROIDENTIFICAÇÃO DE CANDIDATOS

Todos os candidatos do SiSU 2020.1 que se autodeclararam pretos e pardos foram avaliados pela comissão de heteroidentificação da universidade. O processo busca coibir fraudes nas cotas raciais. Foram avaliados 1.452 candidatos. "Foi um momento de muito orgulho para a UFRJ. Cumprimos nossa função social", comemorou a pró-reitora de Graduação Gisele Pires, no Conselho Universitário. Entre os dias 15 e 24 de julho haverá a finalização da matrícula para 824 novos alunos.

NOVO MINISTRO DA EDUCAÇÃO É PASTOR E MILITAR

O *Jornal da AdUFRJ* já estava fechado quando o presidente Jair Bolsonaro anunciou o pastor evangélico Milton Ribeiro como novo ministro da Educação. A nomeação já foi publicada no Diário Oficial da União, em edição extra neste dia 10. O nome agrada à ala ideológica, que atua fortemente na pasta, desde o início do governo. Ribeiro é doutor em Educação pela USP, militar da reserva do Exército e ex-vice-reitor da Universidade Mackenzie. Ele é o quarto ministro do MEC.



GREVE PELA SAÚDE

> Em assembleia virtual dia 4, mais de 600 professores do ensino básico privado decidiram não retomar aulas presenciais enquanto houver alto risco de contágio para a comunidade escolar

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

A greve deflagrada pelos professores da rede básica particular já é vitoriosa. O prefeito Marcelo Crivella recuou

da decisão de reabrir as escolas neste dia 10. Agora, pela nova decisão, a rede de ensino municipal e privada pode reabrir – em caráter “voluntário” – a partir do dia 1º de agosto. A indicação anterior de retorno precoce às atividades, ignorando o descontrole da pandemia no Rio, fez a sociedade reagir. Nas redes sociais, famílias e profissionais de ensino abraçaram campanhas contra o retorno de crianças e adolescentes às salas de aula durante a pandemia. No sábado, 4, mais de 600 profissionais participaram de assembleia virtual histórica, em que decidiram não retomar o trabalho presencial até que seja seguro para professores, estudantes e famílias. Logo após, no dia 7, saiu o primeiro resultado concreto da pressão: decreto do governo estadual manteve suspensas as aulas em todas as escolas no estado até o dia 21 de julho. “A pressão da categoria e a nossa assembleia tão representativa fez com que o prefeito recuasse. É uma vitória do sindicato, sem dúvidas”, comemorou Gustavo Henrique Cornélio, diretor do Sinpro-Rio, sindicato que representa os professores das escolas particulares.

“Não há condições de segurança. A greve vem defender a categoria para não trabalhar sofrendo pressão de seus patrões. É uma greve pela vida”, afirmou Elson Paiva, também diretor do Sinpro-Rio.

As atividades remotas, porém, continuam. “Queremos voltar ao trabalho presencial. A experi-

ência da pandemia me ensinou que aula remota não substitui aula presencial. Mas eu não posso arriscar vidas”, afirmou o professor Gustavo. “Está na mão da Ciência dizer quando este retorno será seguro. Por enquanto, vamos continuar em aulas virtuais”, declarou.

Todos os profissionais do grupo de risco estão orientados a apresentarem laudo médico indicando sua condição de saúde em caso de convocação das escolas. O Sinpro-Rio lembra, ainda, que nenhum profissional pode ser demitido durante a greve e promete acionar a Justiça do Trabalho e o Ministério Público, em caso de constrangimento a profissionais. “A greve foi deflagrada para proteger os professores que se recusaram a voltar e, assim, evitar demissões”, afirmou Gustavo.

Outra assembleia está marcada para o dia 1º de agosto. Presidente da AdUFRJ, a professora Eleonora Ziller dá total apoio à greve dos colegas. “Nós estamos acompanhando toda essa mobilização desde o seu início, somos signatários do manifesto em defesa da vida, junto com dezenas de entidades da área da educação e da saúde”, afirmou a docente. “Essa greve tem um caráter muito diferente das lutas salariais, pois vai além do interesse estrito dos professores. É um gesto de proteção também às famílias envolvidas, e à sociedade como um todo, pois é sabido e comprovado por inúmeros estudos epidemiológicos que as escolas devem ser as últimas a retornarem suas atividades presenciais”, defendeu Eleonora.

90% APOIAM GREVE

A decisão de não voltar às escolas foi apoiada por 90% dos professores que acompanharam a assembleia. Mas também é aprovada por quem não participou da reunião. Marcelo Veck é professor de História. Dá aulas para o segundo segmento do

#EmDefesadaVida

DIGA NÃO
Agora não é hora de voltar à escola!

A Economia se recupera. A vida, jamais.



ensino fundamental e para o ensino médio em quatro escolas privadas do Rio. Ele teme uma volta imediata. “Descobri que nasci com uma doença renal, o que me coloca no grupo de risco”, revelou o professor, de 36 anos. “Perdi um aluno de 15 anos, que era do grupo de risco. E mesmo os que não são podem transmitir a doença para seus familiares. Como vai ser o recreio? Qual o protocolo para o bebedouro? É possível garantir que os alunos ficarão de máscara o tempo todo? Eu entendo que em algum momento teremos que voltar, mas ainda não entendo como”, desabafou.

Ele contou que as escolas em

que trabalha estão estudando formas para retorno das aulas, mas nenhuma sinalizou a volta imediata. “Apenas uma se posicionou sobre o retorno presencial, mas somente em agosto. Outras três ainda não se manifestaram sobre uma data”, disse o professor.

Entre tantas incertezas para as aulas pós-pandemia, ele destaca algumas: “Uma de minhas turmas tem 47 alunos. Como voltar com todos? Ou como fazer um rodízio, como me sugeriram, com três grupos de 16 e 15 estudantes? Como passar conteúdo presencial desta forma e organizar, para os demais, os conteúdos on line? Na prática, trabalharei

três vezes mais que agora, que já é muito mais do que antes da pandemia”, afirmou. “Só para montar uma apresentação de 40 minutos, para apenas uma aula, eu gasto em média três horas”.

Os desafios em relação às aulas virtuais e também no trato com estudantes e famílias são muitos. “Mesmo na escola privada eu tenho estudantes que não têm banda larga em casa, não têm computador. Os que têm muitas vezes possuem famílias que acham que nós não estamos trabalhando. Em uma das apresentações de slides que gravei, o meu cachorro latiu e não tinha como refazer. Recebi a ligação de um pai reclamando”, elenca.

UM ESPAÇO
VIRTUAL
DE ENCONTRO
E TROCAS DA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA
E CULTURAL
DA UFRJ

FESTIVAL DO
CONHECIMENTO UFRJ
universidade viva

PLURALIDADE É A MARCA DE MAIOR EVENTO NA PANDEMIA

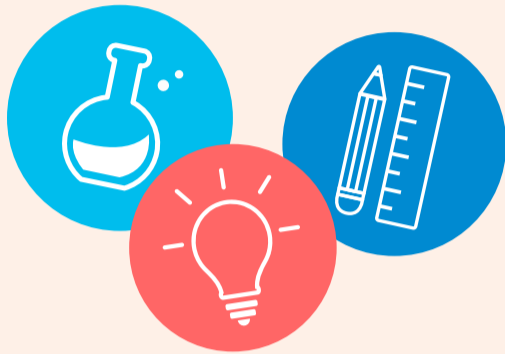
LIZ MOTA ALMEIDA E KIM QUEIROZ

comunica@adufrj.org.br

A universidade vai mostrar toda a sua força no inédito Festival do Conhecimento virtual, entre os dias 14 e 24 de julho. Será o maior evento da UFRJ desde o início do isolamento social, causado pela pandemia do coronavírus. Estão previstas 2.123 atividades, sendo 581 delas em tempo real. Mais de 7,4 mil pessoas já se inscreveram como ouvintes do festival e receberão certificados pela participação. O prazo de inscrição vai até 13 de julho.

“O Festival do Conhecimento é uma resposta a um momento difícil da universidade”, afirmou a pró-reitora de Extensão Ivana Bentes, uma das idealizadoras da iniciativa. “A gente está separado, sem se encontrar, sem um lugar de troca”, lembrou. “Isso levou à ideia de criar um espaço virtual para a troca de conhecimentos, de afeto e de apoio”, explicou.

Só que este intercâmbio não vai ficar restrito à comunidade da UFRJ. A lista de convidados traz nomes como a ex-presidente Dilma Rousseff; os ex-ministros da Educação Fernando Haddad e Renato Janine Ribeiro; além dos reitores João Carlos Salles, da UFBA; Sandra Goulart, da UFMG; Edward Brasil (UFG) e Márcia Abrahão, da UnB. Jornalistas como Flávia Oliveira e Glenn Greenwald, do Intercept, políticos como Alessandro Molon, Marcelo Freixo, Benedita da Silva e Jandira Feghali, o ministro Marco Aurélio Mello (STF), cientistas de



outras instituições e produtores de arte também compõem a programação.

Para Margarida Salomão, deputada federal e coordenadora da Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades, o Festival do Conhecimento representa uma celebração pelos 100 anos da UFRJ. “Essa forma de comemoração, convocando para um grande debate, e permitindo uma construção coletiva nessa crise extraordinária que estamos vivenciando, é um convite que não se pode recusar”, elogiou. Todos os dias serão encerrados com um show. “Vamos começar com uma conversa, um sarau musical, com a maravilhosa Elza Soares, que está fazendo 90 anos. São 100 anos de UFRJ e 90 de Elza Soares”, comemorou Ivana.

Pluralidade é a palavra-chave do Festival. “A gente está fazendo essa mistura do produtor de conhecimento mais tradicional, com os artistas, os parlamentares e os influenciadores”, explicou Bárbara Tabela, técnica-administrativa da pró-reitoria de Extensão e uma das organizadoras do evento. “Entendemos que esse é o nosso ecossistema, a gente fala com todo mundo e todas as linguagens”.

Uma plataforma vai possibilitar a

transmissão das atividades em 20 salas simultâneas, que poderão ser acessadas no site do Festival e pelo canal do YouTube da Extensão da universidade. Serão debates, minicursos, rodas de conversa e painéis temáticos.

A AdUFRJ vai marcar presença no Festival com mesas focadas na diversidade, como os debates sobre a participação das mulheres na produção acadêmica e sobre Ciência e tecnologia em afroperspectiva (confira abaixo). Para o professor Felipe Rosa, vice-presidente do sindicato, mais diversidade significa mais conhecimento. “Todo mundo ganha quando a gente consegue inserir todos os setores da sociedade na Academia”, afirmou. A professora Eliade Lima, da Unipampa, é uma das convidadas do sindicato. “Vou falar sobre o meu trabalho de divulgação científica. Tanto na astronomia quanto na área de divulgação de mulheres cientistas”.

CONHECENDO A UFRJ

Por conta da pandemia, o tradicional evento Conhecendo a UFRJ foi cancelado. “Estávamos com a produção quase pronta”, lembrou Bárbara. “As escolas que já têm o hábito de visitar a UFRJ estavam incessantemente mandando mensagens: ‘Mas e o Conhecendo UFRJ, não vai ter esse ano?’”. Assim surgiu uma interação com o Festival do Conhecimento, em um novo formato. Estudantes e professores podem apresentar seus cursos de graduação em vídeos curtos e inscrevê-los no site do festival. “É a integração e articulação de tudo o que a nossa universidade faz”, concluiu.

CONVIDADOS DO FESTIVAL

Denise de Carvalho - Reitora da UFRJ
Carlos Frederico Rocha - Vice-Reitor da UFRJ

PARLAMENTARES E POLÍTICOS

Eduardo Suplicy
Fernando Haddad
Dilma Rousseff
Marcelo Freixo
Alessandro Molon
Benedita da Silva
Jandira Feghali
Margarida Salomão
Lindbergh Farias
Marco Aurélio Mello (Ministro do STF)

ARTISTAS E SHOWS

Abertura dia 14/07 (19h)

100 Anos de UFRJ
90 Anos de Elza Soares

De 15 a 24/07 (19h30)

15/07 - Hiran
16/07 - Illy
17/07 - Luísa e os Alquimistas
18/07 - Majur
19/07 - BNegão
20/07 - Babi Jaques e Lasserre
21/07 - Jup do Bairro
22/07 - Luê
22/07 - Daúde e Lia de Itamaracá (19h)
23/07 - Plutão já foi planeta
24/07 - Potyguara
24/07 - Chico Cesar

REITORES E IFES

João Carlos Salles (Reitor UFBA)
Márcia Abrahão Moura (Reitora da UnB)
Sandra Regina Goulart Almeida (Reitora UFMG)
Edward Madureira Brasil (Reitor UFG)
Olgamir Amancia Ferreira (Decana Extensão UNB/FORPROEX)
Claudia Gonçalves (Pró-Reitora de Extensão UERJ)

SOCIEDADE CIVIL

Boaventura Souza Santos
Renato Janine Ribeiro
Ailton Krenak
Glenn Greenwald
Monica Benício
Antônio Nóvoa
Joel Zito Araújo
Elisa Lucinda
Flávia Oliveira
Preta Ferreira
Rosane Borges
Rita von Hunty
Raul Santiago (Papo Reto)
Renê Silva (Voz das Comunidades)
Anapuaka Tupinambá
Amara Moira
Petra Perón
Ana Maria Machado (ABL)
Cindy Lessa (Ashoka Brasil)

PROFESSORES (UFRJ)

Eleonora Ziller (ADUFRJ)
Roberto Medronho
Amilcar Tanuri
Muniz Sodré
Carol Proner
Giovana Xavier
Dani Balbi
Miriam Krenzinger
Vicente Ferreira

GESTORES (UFRJ)

Ivana Bentes (Pró-Reitoria de Extensão)
Denise Freire (Pró-Reitora de Pesquisa)
Giselle Pires (Pró-Reitora de Graduação)
Eduardo Raupp (Pró-Reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças)
Leôncio Feitosa (Complexo Hospitalar)
Tatiana Roque (Fórum de Ciência e Cultura)
Marcos Maldonado: Prefeitura (UFRJ)
Amélia Abigail Rosau de Almeida: Diretoria de Acessibilidade (DIRAC)
Cristina Riche (Quvidoria)
Amaury Fernandes: (DRI)
João Graciano (Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação)
Roberto Vieira (Pró-Reitoria de Políticas Estudantis)
André Esteves da Silva (Pró-Reitor de Gestão e Governança)

PROGRAMAÇÃO: MESAS COM MEDIAÇÃO DE DIRETORES DA ADUFRJ

CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM AFROPERSPECTIVA

15 de julho
11h30 às 13h30h

Participantes:
Bernardo Oliveira,
professor de Filosofia
da Educação, UFRJ,

Antônio Carlos
Fontes dos Santos,
IF, UFRJ,

Eliade Lima,
Unipampa

Mediador: Felipe Rosa, AdUFRJ

A PANDEMIA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO ACADÊMICA E NA VIDA POLÍTICA DAS UNIVERSIDADES

20 de julho
9h às 11h

Participantes:
Fernanda
Staniscuaski,
UFRGS,

Irenisia Torres
de Oliveira, UFC

Maria Caraméz
Carlotto, UFABC

Mediadora: Eleonora Ziller, AdUFRJ

AULAS REMOTAS EM TEMPOS DE FAKES E AS INSEGURANÇAS JURÍDICAS PARA A PRÁTICA DOCENTE

23 de julho
17h às 19h

Participantes:
Fernanda Bruno,
IP, UFRJ

Fernanda Vick,
advogada pública

Jamila Venturini,
Coletivo Interozes e Rede Latino-
americana de Estudos sobre
Vigilância, Tecnologia e Sociedade

Mediadora: Christine Ruta, AdUFRJ